



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Nº 115 e 116

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2003

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Doutor Luciano</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**15ª LEGISLATURA  
ATA DA 007ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
11 DE DEZEMBRO DE 2003**

*(quinta-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado Nereu Moura e pela senhora deputada Cida Borghetti.

Às doze horas e trinta minutos foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da ata de Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. DOUTOR LUCIANO (Pela Ordem)**

Só queria registrar aqui na Casa, a presença de toda a diretoria, dos agentes comunitários de saúde de Curitiba, senhor presidente, Moacir e os demais diretores dos agentes comunitários aqui, que fazem um trabalho maravilhoso na nossa cidade.

Apenas para informar a presença aqui do nosso prefeito de Arapongas, prefeito Bisca? valoroso prefeito, que faz um belíssimo trabalho, especialmente na área de industrialização daquele município.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)**

Também para registrar a presença aqui do senhor Marcos Paulo Moreira Leite, que está coordenando Exposição de produtos que vai acontecer na China em maio do ano que vem, e estávamos em audiência discutindo a participação do Estado do Paraná, no qual ele também é especialista em Comércio Exterior com foco na China.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Emendas:**

**EMENDA ADITIVA DE Nº 01 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003**

Adiciona-se inciso ao artigo 236 do Projeto de Lei nº 666/2003 que cria Código de Organização de Divisão Judiciárias (CODJ), com a seguinte redação:

“- Foro Regional da Lapa, compreendendo a sede e os distritos Judiciários de Contenda (município de mesmo nome), Catanduvás do Sul (município de Contenda) e Água Azul (município da Lapa)”.

Com a presente alteração proposta deverão ser modificados outros artigos e incisos para adequá-los a proposta de incluir a Comarca da Lapa na Região Metropolitana. Assim, o artigo 260, inciso IX (cria na Lapa a vara cível, registros públicos...) passa a integrar o artigo 255 em novo inciso. Bem como deverão ser alterados os anexos correspondentes.

Também deixará de ser entrância intermediária e passará a ser entrância final.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) NATÁLIO STICA

Apoiamento:

Padre Paulo Campos, Elza Correia, Elton Carlos Welter e Luciana Rafagnin.

**JUSTIFICATIVA:**

O Projeto 663/2003 foi confeccionado anteriormente à inclusão do município da Lapa à Região Metropolitana de Curitiba, por isso, a Comarca da Lapa não foi considerada como sendo integrante da Comarca da Região Metropolitana da capital.

Percebe-se emergencial a correção, tornando a referida Comarca integrante da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, sob pena de aprovarmos um

pretendidos.

EMENDA SUPRESSIVA DE Nº 02 AO  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003

O Artigo 262 do Substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 666/2003, cuja redação estabelece que “Ficam desanexadas as serventias de tabelionato de protesto de títulos precariamente acumuladas aos Tabelionatos de Notas das Comarcas de Campo Largo, Colombo, Foz do Iguaçu, Araucária, Paranaguá e Sarandi e na Comarca de Guarapuava fica desanexado o Tabelionato de protesto de títulos do Tabelionato de Títulos e Documentos.” Passa a vigorar com a seguinte redação;

“Art. 262 - Ficam desanexadas as serventias de Tabelionato de Protesto de Títulos precariamente acumuladas aos Tabelionatos de Notas das Comarcas de Colombo, Foz do Iguaçu, Araucária, Paranaguá e Sarandi e na Comarca de Guarapuava fica desanexado o Tabelionato de protesto de títulos do Tabelionato de Títulos e Documentos”.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Duílio Genari, Vanderlei Iensen e Artagão Júnior.

EMENDA DE Nº 03 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003

Modifique-se o Artigo 299 do substitutivo do Projeto de Lei nº 666/2003 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 299 - A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguintes requisitos:

- I - habilitação em concurso público de provas e títulos;
- II - nacionalidade brasileira;
- III - capacidade civil;
- IV - quitação com as obrigações eleitorais e militares;
- V - diploma de bacharel em Direito;
- VI - verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

§ 1º - Ao Concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em Direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, 10 (dez) anos de exercício em serviço notarial ou de registro;

§ 2º - As vagas alternadamente, duas terças partes por concurso público de provas e títulos e uma terça parte por meio de remoção, mediante concurso de títulos, não se permitindo que qualquer serventia notarial ou de registro fique vaga, sem abertura de concurso de provimento inicial ou de remoção, por mais de 06 (seis) meses”.

(aa) DOUTOR LUCIANO, CHICO NOROESTE, NATÁLIO STICA, RATINHO JÚNIOR, PADRE PAULO CAMPOS, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, PEDRO IVO ILKIV, VANDERLEI IENSEN, ELTON CARLOS WELTER, JOSÉ MARIA FERREIRA, ANDRÉ VARGAS, CARLOS SIMÕES, TADEU VENERI, MAURO MORAES, LUCIANA RAFAGNIN, RENATO GAÚCHO, PASTOR EDSON PRACZYK, AILTON ARAÚJO, ARTAGÃO JÚNIOR, NELSON TURECK, JOCELITO CANTO, RENI PEREIRA, BARBOSA NETO e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa garantir o respeito ao preceituado pelo Artigo 236, § 3º, da Constituição Federal de 1988, bem como o estatuído pelo Artigo 16 da Lei Federal nº 8.935/94 (Lei dos Cartórios) que regulamente a matéria em questão, impedindo nomeações que na redação original acabariam por ferir de morte os princípios consagrados na letra da Carta Magna Federal.

EMENDA DE Nº 04 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003

Modifique-se o artigo 57 do substitutivo do Projeto de Lei nº 666/2003 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57 - Compõem o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais:

- I - o presidente do Tribunal de Justiça;
- II - o vice-presidente do Tribunal de Justiça;
- III - o corregedor-geral da Justiça;
- IV - um juiz diretor dos Juizados Especiais Cíveis;
- V - um juiz diretor Dos Juizados Especiais Criminais;
- VI - um juiz supervisor dos Juizados Especiais de uma das comarcas de entrância final do interior;
- VII - um juiz presidente de Turma Recursal.

Parágrafo Único - Os juízes a que se referem os incisos IV, V, VI e VII serão indicados pelo Conselho da Magistratura.”

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO, PADRE PAULO CAMPOS, RATINHO JÚNIOR, ADEMAR TRAIANO, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, NATÁLIO STICA, AILTON ARAÚJO, PEDRO IVO ILKIV, JOSÉ MARIA FERREIRA, ANDRÉ VARGAS, VANDERLEI IENSEN, CARLOS SIMÕES, ARTAGÃO JÚNIOR, TADEU VENERI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, NELSON TURECK, LUCIANA RAFAGNIN, ELTON CARLOS WELTER, PASTOR EDSON PRACZYK, CHICO NOROESTE, JOCELITO CANTO e 01 ilegível.

O objetivo da presente emenda é ampliar a representatividade dos magistrados de 1º grau no Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, democratizando este Órgão e ampliando o espaço de debate sobre o tema.

EMENDA DE Nº 05 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003

Modifique-se o artigo 58, inciso VIII, do substitutivo do Projeto de Lei nº 666/2003 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58 -...

VIII - regulamentar procedimentos em harmonia com as normas de processo civil e criminal, visando à celeridade, à efetividade e à universalização do acesso à Justiça.”

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO, AILTON ARAÚJO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, RATINHO JÚNIOR, PEDRO IVO ILKIV, PADRE PAULO CAMPOS, JOSÉ MARIA FERREIRA, ANDRÉ VARGAS, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, CARLOS SIMÕES, NATÁLIO STICA, TADEU VENERI, ADEMAR TRAIANO, LUCIANA RAFAGNIN, ELTON CARLOS WELTER, VANDERLEI IENSEN, ARTAGÃO JÚNIOR, PASTOR EDSON PRACZYK, NELSON TURECK, CHICO NOROESTE, JOCELITO CANTO e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modifica o artigo 58, inciso VIII, do projeto de lei em questão para que, exemplificativamente, o procedimento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais não venha a proporcionar uma limitação indevida da prestação jurisdicional na concessão de liminares ou cause o prolongamento desnecessário de lides que comportam julgamento antecipado, hipóteses estas que acabam por restringir inconstitucionalmente o acesso da população paranaense ao Poder Judiciário.

EMENDA DE Nº 06 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003

Modifique-se o artigo 132 do substitutivo do Projeto de Lei nº 666/2003 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 132 - Para ser admitido ao concurso, o candidato deverá preencher os requisitos do artigo 126 deste Código.

§ 1º - Para os cargos de agentes de limpeza e copa exigir-se-á escolaridade equivalente ao ensino fundamental e para o auxiliar de Cartório, escolaridade correspondente ao ensino médio.”

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO, NELSON TURECK, AILTON ARAÚJO, LUIZ FERNANDES DA

JÚNIOR, ELTON CARLOS WELTER, JOSÉ MARIA FERREIRA, TADEU VENERI, ANDRÉ VARGAS, VANDERLEI IENSEN, CARLOS SIMÕES, RENATO GAÚCHO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, JOCELITO CANTO, PEDRO IVO ILKIV, LUCIANA RAFAGNIN, ARTAGÃO JÚNIOR, ADEMAR TRAIANO, PASTOR EDSON PRACZYK, CHICO NOROESTE, PADRE PAULO CAMPOS e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa suprir a omissão em relação ao pessoal da Copa, cuja contratação se dá nos mesmos moldes dos agentes de limpeza.

EMENDA DE Nº 07 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003

Acrescente-se ao artigo 1º do substitutivo do Projeto de Lei nº 666/2003 os seguintes dispositivos para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

...

§ 2º - Além dos princípios referidos no parágrafo anterior, também se aplicam os seguintes:

...

VIII - gratuidade e modicidade das custas e emolumentos.

...

§ 8º - No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação desta lei deverá ser elaborada nova tabela de custas e emolumentos judiciais e extrajudiciais, que consagrará os princípios da gratuidade e da modicidade.”

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(aa) CHICO NOROESTE, DOUTOR LUCIANO, PADRE PAULO CAMPOS, PEDRO IVO ILKIV, ELTON CARLOS WELTER, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, ADEMAR TRAIANO, ANDRÉ VARGAS, JOSÉ MARIA FERREIRA, VANDERLEI IENSEN, TADEU VENERI, AILTON ARAÚJO, NATÁLIO STICA, PASTOR EDSON PRACZYK, ARTAGÃO JÚNIOR, RENATO GAÚCHO, LUCIANA RAFAGNIN, CARLOS SIMÕES, JOCELITO CANTO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O principal objetivo da presente emenda é de garantir a todos os cidadãos paranaenses o pleno acesso ao Órgão Judiciário, ratificando-se dois princípios de *status* infraconstitucional fundamentais à universalização da prestação jurisdicional.

Cumprе frisar, que por constituir a prestação jurisdicional um dos serviços públicos fundamentais no Estado Democrático de Direito, qualquer limitação a este direito ou ao seu pleno acesso representa inominável ofensa.

de custas privadas do Paraná é o mais oneroso do País, estando desatrelado da realidade social e laborando em prejuízo da população quando necessita acessar o Órgão Judiciário deste Estado, tornando-se um verdadeiro meio de locupletamento sem causa de muitos servidores de foro judicial, notários e registradores.

Ademais, a revogação da Lei Estadual nº 12.821/99 que estabelecia a possibilidade “do depósito inicial de quantia não excedente da metade de suas custas calculadas” (art. 43) acarretou enorme prejuízo à população paranaense que busca a prestação jurisdicional, fazendo com que os cidadãos sejam obrigados a despendar volumosa quantia para o ajuizamento de suas demandas ou então sejam compelidos a simplesmente desistir de buscar a tutela jurisdicional pretendida.

Sendo assim, torna-se imperiosa a previsão de norma programática no corpo do Código de Organização e Divisão Judiciária vinculando a Assembléia Legislativa do Paraná para que no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da promulgação desta lei apresente proposta contemplando uma nova tabela de custas e emolumentos judiciais e extrajudiciais, que será de fundamental importância para assecuração do princípio da universalização do acesso à Justiça, consagrando-se os princípios da modicidade (previsto na Lei nº 8666/93, v.g.) e da gratuidade (prevista na Lei nº 1060/50, v.g.), pois para a população paranaense de nada adianta estatizar as serventias se a abusividade das custas e emolumentos permanece presente.

**EMENDA MODIFICATIVA, SUPRESSIVA E  
ADITIVA DE Nº 08, AO SUBSTITUTIVO GERAL DA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003  
(CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO  
JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ)**

Suprime as palavras “Vila Alta” do inciso II, do artigo 288.

E acrescenta-se o inciso X ao artigo 288 com a seguinte redação:

“X - Vila Alta - da Comarca de Umuarama para a Comarca de Xambrê.”

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoioamento:

Pedro Ivo Ilkiv, Elza Correia, Luciana Rafagnin e Tadeu Veneri.

**JUSTIFICATIVA:**

Atendendo pleito da Administração e da Câmara Municipal do município de Vila Alta, apresentamos a presente emenda ao substitutivo geral do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná no sentido daquele Distrito Judiciário pertencer à Comarca de Xambrê ao invés de passar a pertencer à Comarca de Icaraíma.

**EMENDA DE Nº 09 PROJETO DE LEI Nº 666/2003**

Art. 1º - Fica alterado o artigo 279, do Projeto de Lei nº 666/2003, que passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 279 - Ficam criadas as Seções Judiciárias com sede nas comarcas de Goioerê, Palmas, Pitanga, Sarandi e Marechal Cândido Rondon.”

Art. 2º - Fica alterado o Anexo II, tabela 2, criando a Seção Judiciária de Marechal Cândido Rondon, comporta pelas Comarcas de Marechal Cândido Rondon e Palotina, ambas de entrância intermediária, prevendo a existência de um juiz substituto.

Sala das Comissões, em 11.12.2003.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

André Vargas e Ademar Traiano.

**EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 10 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003**

Dê-se aos artigos 233, alínea “a”; 234, alínea “a”; 254, alínea “g” e 256, inciso IV, e aos anexos que seguem a seguinte redação:

“Art. 233 - No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, os Ofícios Distribuidores, Contadores e Partidores, de 1º a 5º, terão as seguintes atribuições:

a) 1º Ofício Distribuidor, Contador e Partidor, em matéria das Varas Criminais de 1ª a 13ª; das Varas do Tribunal do Júri de 1ª e 2ª, das Varas da Fazenda Pública de 1ª a 6ª; das Varas de Família de 1ª a 8ª; das Varas de Delitos de Trânsito de 1ª a 3ª, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 8½º a 12½º, Contador e Partidor nos créditos que se destinam aos Tabelionatos de Protestos de Títulos do 1º ao 8º.

...”

“Art. 234 - Na Comarca de Londrina, o 1º e o 2º Ofícios Distribuidores terão as seguintes atribuições:

a) 1º Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, em matérias das Varas Cíveis de 1ª a 12ª; das Varas da Fazenda Pública de 1ª e 2ª, da Vara da Infância e da Juventude, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 1º ao 4º, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protesto de Títulos de 1º a 3º e nos títulos que se destinem aos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 1º e 2º.

...”

“Art. 254 - ...

...”

g) a 5ª e a 6ª Varas da Fazenda Pública; e

...”

“Art. 256 - ...

...”

- a) a 11ª e 12ª Varas Cíveis;
- b) a 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública;
- c) a 6ª, 7ª e 8ª Varas Criminais;
- d) a 3ª Vara de Família; e
- e) o 4º e o 5º Juizado Especial Cível.

“Art. 275 - Na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, ficam criados sete (7) Unidades Administrativas de Juizado Especial, sendo duas (2) Unidades Cri-

de juiz de Direito.”

“Art. 279 - Nas Comarcas de entrância final de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá e Ponta Grossa, fica criada mais uma (1) Unidade Administrativa de Juizado Especial Cível, todas com um (1) de juiz de Direito.

Parágrafo Único - Na Comarca de entrância final de Londrina, ficam criadas mais duas (2) Unidades Administrativas de Juizado Especial Cível, ambas com um (1) cargo de juiz de Direito.”

**Anexo II - Seções Judiciárias - Demais Comarcas - Tabela 1**, na parte referente à proposta para a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba:

Seções Judiciárias	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba Comarca/Foro	Seção	Entrância	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	Total
1ª	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	Seção Única	Final		44	44
	Foro Central de Curitiba		Final			

**Anexo II - Seções Judiciárias - Demais Comarcas - Tabela 2**, na parte referente à proposta para a Comarca da Região Metropolitana de Londrina:

Seções Judiciárias	Comarca Sede	Comarca/Vara	Entrância	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	Total
9ª	Londrina	1ª a 7ª Varas Cíveis e 1ª e 2ª Varas da Fazenda	Final		3	3
10ª	Londrina	8ª a 12ª Varas Cíveis e 1ª ao 5º Juizados Especiais Cíveis	Final		4	4
11ª	Londrina	1ª a 4ª Varas Criminais e 1º e 2º Juizados Especiais Criminais	Final		2	2
12ª	Londrina	5ª a 8ª Varas Criminais; Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de 1º e 2º Juizados Especiais Criminais	Final		2	2
13ª	Londrina	1ª Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial; 2ª Vara de Família, Acidentes do Trabalho; 3ª Vara de Família; Vara da Infância e da Juventude	Final		1	1

**Anexo IV** - Composição do **Foro Judicial** por Comarca - na parte referente à proposta para o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba:

Situação Atual	Proposta
Comarca de Curitiba - Entrância Final Foro Judicial	Curitiba - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final Foro Judicial
	...
	6ª Vara da Fazenda Pública
	Vara Privativa do 1º Tribunal de Júri
	...
	13½º Juizado Especial Cível
	1º Juizado Especial Criminal
	...

**Anexo IV** - Composição do **Foro Judicial** por Comarca -, na parte referente à proposta para a Comarca de Londrina:

Situação Atual	Proposta
Comarca de Londrina - Entrância Final	Londrina - Comarca de Entrância Final
Foro Judicial	Foro Judicial
1ª Vara Cível	1ª Vara Cível
2ª Vara Cível	2ª Vara Cível
3ª Vara Cível	3ª Vara Cível
4ª Vara Cível	4ª Vara Cível
5ª Vara Cível	5ª Vara Cível
6ª Vara Cível	6ª Vara Cível
7ª Vara Cível	7ª Vara Cível
8ª Vara Cível	8ª Vara Cível
9ª Vara Cível	9ª Vara Cível
10ª Vara Cível	10ª Vara Cível
	11ª Vara Cível
	12ª Vara Cível
	1ª Vara da Fazenda Pública
	2ª Vara da Fazenda Pública
1ª Vara Criminal	1ª Vara Criminal

2ª Vara Criminal	2ª Vara Criminal
3ª Vara Criminal	3ª Vara Criminal
4ª Vara Criminal	4ª Vara Criminal
5ª Vara Criminal	5ª Vara Criminal
	6ª Vara Criminal
	7ª Vara Criminal
	8ª Vara Criminal
1ª Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial	1ª Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial
2ª Vara de Família e Acidentes de Trabalho	2ª Vara de Família e Acidentes de Trabalho
	3ª Vara de Família
Vara da Infância e da Juventude	Vara da Infância e da Juventude
Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios	Vara de execuções Penais e Corregedoria dos Presídios
	1º Juizado Especial Cível
	2º Juizado Especial Cível
	3º Juizado Especial Cível
	4º Juizado Especial Cível
	5º Juizado Especial Cível
	1º Juizado Especial Criminal
	2º Juizado Especial Criminal

**Anexo V** - Magistratura Estadual -, na parte referente à proposta para a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba:

Comarca	Entrância	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total
Foro Central de Curitiba	Final			44	217

**Anexo V** - Magistratura Estadual -, parte referente à proposta para a Comarca de Londrina:

Comarca	Entrância	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total
Londrina	Final	27	7	12	46



**Anexo VI** - Tabela I - Cargos do Foro Judicial, na parte referente à proposta para a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba:

Comarca Da Região Metropolitana De Curitiba Entrância Final	Foro Central de Curitiba	Total
Escrivania da Fazenda Pública	6	6

**Anexo VII** - Juizados Especiais Cíveis e Criminais -, na parte referente à proposta para a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba:

Juiz de Direito do Juizado Especial Cível	Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível	Secretário do Juizado Especial Criminal	Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível	Oficial de Justiça do Juizado Especial Criminal	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Cível	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Criminal	Auxiliar Administrativo dos Juizados Especiais Cível e Criminal	Contador e Avaliador	Total
13		13								206

**Anexo VII** - Juizados Especiais Cíveis e Criminais -, na parte referente à proposta para a Comarca de Londrina:

Juiz de Direito do Juizado Especial Cível	Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível	Secretário do Juizado Especial Criminal	Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível	Oficial de Justiça do Juizado Especial Criminal	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Cível	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Criminal	Auxiliar Administrativo dos Juizados Especiais Cível e Criminal	Contador e Avaliador	Total
5	2	8	2	12	4	3	2	55	1	94

**Anexo IX** - Criação e Extinção de Cargos - **Tabela I** - cargos da Magistratura Estadual -, na parte referente à proposta para a Comarca de Londrina:

Comarca	Entrância	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total
Londrina	Final	8	2	9	19

**Anexo IX** - Criação e Extinção de Cargos - **Tabela 3** - Cargos do Foro Judicial por Comarca -, na parte referente à proposta para a Comarca de Londrina:

Entrância	Londrina
Escrivania Cível (*)	2
Escrivania da Fazenda Pública	2
Escrivania Criminal	3
Escrivania da Família	1
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público (*)	1

proposta para a Comarca de Londrina:

Oficial de Justiça	12
Auxiliar de Cartário da Vara Criminal	6
Auxiliar de Cartório da Vara da Infância e da Juventude	1
Auxiliar Administrativo da Vara Criminal	24
Auxiliar Administrativo da Vara de Infância e da Juventude	3
Auxiliar Administrativo da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios	3
TOTAL GERAL	58

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 011 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003

(aa) ELZA CORREIA, JOSÉ MARIA FERREIRA, DURVAL AMARAL, ANDRÉ VARGAS, BARBOSA NETO e PASTOR EDSON PRACZYK.

Fica alterado, no Anexo VII, a Comarca de Campo Mourão, no que se refere aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS  
ANEXO VII  
**Situação Proposta**

Comarcas	Juiz de Direito do Juizado Especial Cível	Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível e Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível	Secretário do Juizado Especial Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível e Criminal	Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível	Oficial de Justiça do Juizado Especial Criminal	Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível e Criminal	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Cível	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Criminal	Secretário de Turmas Recursais	Secretário do Conselho de Supervisão
CAMPO MOURÃO			1			1			3	1	1		

Emenda para alteração sugerida:

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS  
ANEXO VII:  
**Situação Proposta**

Comarcas	Juiz de Direito do Juizado Especial Cível	Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível e Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível	Secretário do Juizado Especial Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível e Criminal	Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível	Oficial de Justiça do Juizado Especial Criminal	Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível e Criminal	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Cível	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Criminal	Secretário de Turmas Recursais	Secretário do Conselho de Supervisão
CAMPO MOURÃO			1	1	1	0			3	1	1		

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) NELSON TURECK

Ratinho Júnior, André Vargas, Carlos Simões, Geraldo Cartário, Delegado Bradock e Luiz Fernandes da Silva Litro.

Apoioamento:

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão dispõe de um secretário de Turma Recursal (bacharel em Direito e aprovado em concurso público) e um Técnico Judiciário designado como secretário do Juizado Especial Cível (também bacharel em Direito e aprovado em concurso público). Os demais trabalhadores são todos estagiários.

O artigo 302, “c”, do projeto já prevê a transformação e o enquadramento do cargo de secretário de Turma Recursal para Secretário de Juizado Especial Cível.

O projeto prevê a criação de uma Vara Única para o Juizado Especial Cível e Criminal na Comarca de Campo Mourão (artigo 292, inc. VIII, “a”).

A presente proposta e criação de mais um cargo de secretário visa atender a demanda do Juizado local e não importará em qualquer acréscimo de despesas, pois um cargo de secretário do Juizado, será suprido pelo atual secretário da Turma Recursal (artigo 302, “c”, do projeto) e o outro poderá ser suprido pelo atual técnico judiciário que exerce por designação a função de secretário do Juizado Cível.

Interessante ressaltar que nos Juizados de Campo Mourão tramitam atualmente grande quantidade de processos (cerca de 1.450, mais 200 Cartas Precatórias no Juizado Cível e cerca de 1.300, mais 100 Cartas Precatórias no Juizado Criminal), sendo que dois secretários terão melhores condições de atender as necessidades da Vara única a ser criada.

Oportuno acrescentar, que a natureza diversa dos jurisdicionados atendidos e dos procedimentos próprios dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, o que exige que os serviços sejam realizados separadamente, como é efetuado atualmente; a facilitação da organização, disciplina e realização dos serviços das secretarias, com atendimento de um secretário específico para o Juizado Cível e outro para o Juizado Criminal, ambos subordinados a um único juiz; o crescente número de processos na área criminal em decorrência da ampliação da competência dos Juizados Criminais, com a vigência da Lei nº 10295/2001, que inclui os delitos apenados com pena de até dois anos, e procedimentos especiais com penas até tal limite.

Acrescente-se a isso, a ampliação da competência dos Juizados Especiais Cíveis para agasalhar as ações propostas por microempresas, bem como, o provável crescimento breve e futuro das demandas na área cível em decorrência da interpretação da Lei 10.295/2001 (Juizados Especiais Federal) que amplia a competência para 60 (sessenta) salários mínimos e permite a propositura de ações por empresas de pequeno porte.

Por fim, o fato de que dois secretários que atualmente já exercem funções nos Juizados possibilitando um melhor atendimento aos jurisdicionados, com os serviços do Criminal separados do Cível, aproveitando-se o

no projeto (um juiz de direito, três oficiais de justiça, um auxiliar de cartório do Cível e um auxiliar de cartório do Crime).

Tendo em vista a proposta de emenda ao anexo VII, no tocante a criação de mais um cargo de secretário de Juizado Especial, necessário a adequação de cargos, sem acréscimo de qualquer despesa.

Como dito na justificativa anterior, o quadro atual de servidores do Juizado de Campo Mourão dispõe de um Secretário de Turma Recursal (bacharel em Direito e aprovado em concurso público) e um Técnico Judiciário designado como Secretário do Juizado Especial Cível (também bacharel em Direito e aprovado em concurso público).

O artigo 302, “c”, do projeto já prevê a transformação e o enquadramento do cargo de Secretário de Turma Recursal para o Juizado Especial, tendo a presente proposta de inserção de artigo o objetivo de aproveitar, transformar e enquadrar o cargo de técnico judiciário do atual Juizado.

O cargo atual é ocupado por servidor que está em exercício na função de secretário do Juizado Especial Civil desde sua instalação na comarca de Campo Mourão, ocorrido em 18 de fevereiro de 1983 na época Juizado Especial de Pequenas Causas.

Observe-se que tal servidor em junho de 1991 passou a integrar o quadro de servidores do Tribunal de Justiça do Paraná, cujo ingresso se deu através de concurso público para o cargo de agente administrativo-nível 10, com atribuições no Juizado Especial de Pequena Causas, posteriormente, transformado no cargo de técnico judiciário, referência B - nível 03.

Ressalte-se que o concurso referido foi realizado para provimento do cargo de secretário do Juizado de Pequenas Causas, inclusive com a prova escrita específica para o cargo, tendo constado de questões versando sobre conhecimentos práticos e teóricos dos Juizados, da mesma forma com relação à prova de datilografia, conforme consta da Ata do Concurso para provimento do cargo, arquivada na Secretaria da Direção do Fórum local.

A situação proposta torna possível o suprimento dos dois cargos de secretários dos Juizados, eis que ambos os servidores são concursados e bacharéis em direito, não importando no acréscimo de quaisquer despesas para o Tribunal.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 12 AO PROJETO DE LEI Nº 666/2003

Fica alterado, no Anexo III - tabela 1, a comarca de Araucária - Foro Regional de Araucária e no Anexo III - tabela 2, a comarca da Lapa, no que se refere à composi-

da Região Metropolitana de Curitiba:

COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ANEXO III

Tabela I

Situação Proposta

Nº	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
1	COMARCA/FORO				
	III Foro Regional de Araucária	4	Araucária		

Tabela II

Situação Proposta

Nº	COMARCA	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
681	Lapa	212	Lapa	99	Água Azul
		213	Contenda	100	Catanduva do Sul

EMENDA PARA ALTERAÇÃO SUGERIDA:

COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE CURITIBA - ANEXO III

Tabela I

Situação Proposta

Nº	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
1	COMARCA/FORO				
	III Fora Regional de Araucária	4	Araucária Contenda		Catanduvás

Tabela II

Nº	COMARCA	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
68	Lapa	212	Lapa	99	Água Azul

Sala das Sessões, em 11.12.2003.  
(a) CARLOS SIMÕES

Apoiamento:

Nelson Tureck, Luiz Carlos Martins, Francisco  
Bührer, Jocelito Canto e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda ao Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná visa remanejar o municípios de Contenda e o distrito de Catanduva do Sul da comarca da Lapa para a comarca de Araucária.

As dificuldades existentes atualmente para acompanhamento de Ações Judiciais na comarca da Lapa seriam atenuadas se estivessem na comarca de Araucária, pois a distância seria diminuída em 07 (sete) quilômetros

(distância Contenda à Lapa é de 25 quilômetros e Araucária à Contenda 18 quilômetros).

Outro fator é com relação ao sistema de transporte coletivo que se tornará mais econômico, pois o percurso de Contenda a Araucária o sistema é integrado, ou seja, o custo da passagem é de R\$1,85 e para Lapa a passagem é de R\$2,56, pois é um sistema interestadual (feito pela empresa de ônibus Lapiana).

Segundo informação da comarca da Lapa o volume de processos de Contenda junto à comarca da Lapa é de aproximadamente 300 (trezentos) processos civis e 200 (duzentos) processos criminais o que dá um fluxo de aproximadamente 400 (quatrocentos) pessoas indo diariamente à comarca da Lapa.

Fica acrescido artigo ao Projeto de Lei nº 666/2003, com a seguinte redação:

“Art... - Fica criada a comarca de Carambeí.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

Natálio Stica, Hermas Brandão, Marcos Isfer, Antonio Anibelli e Geraldo Cartário.

#### EMENDA ADITIVA DE Nº 14 AO PROJETO DE LEI Nº 666/2003

Fica acrescido artigo ao Projeto de Lei nº 666/2003, com a seguinte redação:

“Art. 260 -...

XVIII - na Comarca de Ponta Grossa:

a) Vara Criminal;”

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

Marcos Isfer, Natálio Stica, Hermas Brandão, Antonio Anibelli e Geraldo Cartário.

#### EMENDA ADITIVA DE Nº 15 AO PROJETO DE LEI Nº 666/2003

Acrescente-se ao Anexo IV do Projeto de Lei nº 666/2003 na página 51:

“Serviço Distrital de Nova Concórdia”.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Elton Carlos Welter, Pedro Ivo Ilkiv, Tadeu Veneri e André Vargas.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa incluir na proposta do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná o Serviço Distrital de Nova Concórdia no município e comarca de Francisco Beltrão.

O Serviço Distrital de Nova Concórdia existe a mais de 30 anos naquele distrito e presta serviços de relevância aos distritos vizinhos inclusive. Nele pessoa de baixa renda tem direito a registros e segunda vias de certidão de nascimento, de casamento e de óbito de forma gratuita.

Lá por estar distante do Cartório da sede do município, o cartório atende outras demandas da população vizinha como a elaboração de Declaração, Contrato, Procuração e Escrituras.

Além disso, serve, o que consideramos de maior importância, de suporte aos Programas Sociais como o “Pro-Cidadania”.

Portanto, esta emenda apenas atende necessidade e demandas da região do distrito de Nova Concórdia, município de Francisco Beltrão.

Suprime-se o artigo 261 do Projeto de Lei nº 666/2003, excluindo o que segue, renumerando os demais artigos:

“Art. 261 - Excluir, renumerando os demais artigos.”

O artigo 261 está assim redigido: “Ficam transformadas as Serventias Distritais de Warta, Maravilha, Lerroville, Paiquerê, Guaravera, São Luiz, Irerê e seus respectivos titulares em 8ª, 9ª, 10ª, 11ª 12ª, 13ª e 14ª Serventias Notariais da Sede da Comarca de Londrina, com a extinção daqueles Distritos Judiciários, devendo seus respectivos titulares manter os livros atinentes aos Ofícios de Registro Civil das pessoas naturais dos extintos Distritos Judiciários.”

No referido artigo 261, consta a transformação dos Serviços Distritais de Guaravera, Irerê, Lerroville, Paiquerê, São Luiz, Maravilha e Warta em Tabelionatos de Notas da sede da comarca de Londrina e ainda deixa patenteado que os respectivos titulares deverão manter na sede do referido distrito judiciário os livros atinentes ao ofício do registro civil das pessoas naturais.

Como se pode verificar da redação acima reproduzida, temos três situações diferenciadas: primeira: extinção dos distritos judiciários; segunda: transformação dos distritos de Londrina; terceira: manutenção dos livros atinentes aos registros civil das pessoas naturais do Distrito Judiciário extinto.

A primeira situação, salvo melhor juízo, não encontra respaldo jurídico para a sua concretização, pois o próprio projeto em análise prescreve que para a criação de Distrito Judiciário são necessários no mínimo 4000 mil habitantes (artigo 220), inclusive está previsto no parágrafo 1º do artigo 216 que dependendo da distância e da dificuldade de acesso tal exigência pode ser dispensada pelo órgão especial. Os Distritos Judiciários da comarca de Londrina estão muito distantes da sede da comarca para que possam ser extintos ou mesmo incorporados pela sede, tal como ocorreu há muitos anos em Curitiba. O mais próximo é de Warta e o mais longínquo está a cinquenta quilômetros da cidade. Portanto, extinguir sete distritos de enorme dimensão territorial e deixar as populações, urbanas e rurais, sem Cartório de Notas é um gravíssimo equívoco.

A segunda situação é inconstitucional, uma vez que não podendo existir a primeira (extinção equivocada dos distritos judiciários), não pode ser pretendida sem a prévia realização de concursos públicos para ingresso ou remoção, nos termos do parágrafo 3º do artigo 236, da Constituição Federal.

A terceira situação é ilegal em dois sentidos. Transformá-lo em Tabelionato de Notas e ainda delegar-lhe atribuições de Tabelionato de Notas num local e funções de Registro Civil das Pessoas Naturais noutra localidade, vai contrariamente ao artigo 26 da Lei Federal dos

viços não são acumuláveis, bem como afronta o artigo 43, do mesmo diploma legal, que diz textualmente: “Cada serviço notarial ou de registro funcionará em um local, vedada a instalação de sucursal”.

Assim sendo, concluímos que o artigo 261 do Projeto de Lei 666/2003, deve ser suprimido, por inconstitucionalidade e contrariedade aos artigos 26 e 43 da Lei Federal nº 8935/94, regulamentadora da norma constitucional.

Na expectativa de que o ora esposado receba a consideração dos senhores deputados, é que apresento a emenda ao parecer dos excelentíssimos relatores.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Doutor Luciano, Cida Borghetti, Elza Correia e Antonio Anibelli.

### EMENDA DE Nº 17 AO PROJETO DE LEI Nº 666/2003

Emenda Substitutiva ao Projeto Substitutivo da Lei Complementar nº 666/2003.

O deputado que se subscreve, nos termos dos dispositivos constitucionais que regulam o regime jurídico dos Notários e Registradores e da Lei nº 8.935, de 18/11/1994, propõe emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 666/2003, que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, com a inserção de um artigo onde couber, criando o Segundo Tabelionato de Notas na comarca de Campo Largo e, em consequência, emenda substitutiva ao aludido projeto de lei, no sentido de que o Anexo IV - Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca, que trata do Foro Extrajudicial concernente à referida comarca de Campo Largo, na parte alusiva à situação proposta, tenha seu quadro refeito.

Art. ... - O Ofício Distrital de São Luiz do Purunã fica transformado no 2º Tabelionato de Notas da Comarca de Campo Largo, devendo seu titular manter os livros atinentes ao Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do extinto Distrito Judiciário.

Assim o Anexo IV Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca, que trata do Foro Extrajudicial concernente à referida Comarca de Campo Largo, na parte alusiva à situação proposta, deverá ter seu quadro refeito, passando a retratar:

#### FORO EXTRAJUDICIAL

1º Tabelionato de Notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de Protestos de Títulos.

1º Serviço de Registro de Imóveis.

2ª Tabelionato de Notas.

2º - Serviço de Registro de Imóveis.

Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, acumulando, precariamente, o Serviço do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas.

#### SERVIÇO DISTRITAL

Serviço Distrital de Três Córregos

Serviço Distrital de Ferraria

Serviço Distrital de Bateias.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Elio Rusch, Barbosa Neto e Jocelito Canto

JUSTIFICATIVA:

A intenção de emendar o Projeto de Lei Complementar nº 666/2003, em trâmite nesta Casa de Leis, concernente à proposta de alteração do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, leva em conta a correta exegese da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1.994, regulamentadora do artigo 236 da Carta Magna, sendo oportuno ressaltar que, não só pela análise técnica de sua compatibilidade aos princípios consagrados na Constituição Federal, sob o aspecto fático há que se considerar que de fato há carência de prestadores de serviços notariais na sede da comarca, posto que o município conta com mais de 100 mil habitantes, a maioria na sede, havendo distritos, como o distrito de São Luiz do Purunã, cuja instalação do Ofício Distrital dista aproximadamente cinco quilômetros do centro da cidade, sendo, por certo, necessário e recomendável o Ofício em questão, praticamente instalado na área central da zona urbana, e que passe a funcionar com o rótulo de 2º Tabelionato de Notas.

No que tange à comarca de Campo Largo, no Anexo IV - Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca (situação proposta), o projeto, no que denomina de Foro Extrajudicial propõe a manutenção de um só Tabelionato de Notas, acumulando precariamente o Tabelionato de Protesto de Títulos e mantendo-se os Distritos Judiciários existentes e criando-se o Serviço Distrital de Ferraria, mais o 2º Ofício de Registro de Imóveis.

O fato de estar este projeto criando mais um ofício de registro de imóveis na Comarca de Campo Largo deflui logicamente da necessidade de mais um ofício de tabelionato, ora proposta.

A prescrição em referência incompreensível por partir do Poder Judiciário, não leva em conta a realidade palpável e constitucional, pois o titular do Serviço Distrital de São Luiz do Purunã, a única entre todos os demais, bacharel em Direito, ingressou na Serventia por Concurso Público de Provas e Títulos e, pela própria natureza do Ofício que titularizava, está habilitado a responder pelo Tabelionato de Notas.

O eventual interessado em obter Registros de Pessoas Naturais normalmente dirige-se à sede da comarca, ou procuram os distritos mais perto de suas moradias.

Pela proximidade de São Luiz do Purunã, com o centro da cidade de Campo Largo, a existência do Distrito Judiciário não mais se justifica. A manutenção dos livros do novo Ofício criado atenderia aos interesses

ou mesmo de segunda via de documentos elaborados ao tempo da existência do distrito de São Luiz do Purunã.

A transformação proposta atende, assim, entre outros, os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

**EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 18 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003**

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, apresentam Emenda Modificativa ao artigo 283 do Projeto de Lei nº 666/2003, passando a vigorar com a seguinte redação.

Nº	Comarca	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Sede/Serviço Distrital Não Município
142	Uraí	393	Uraí	181	Cruzeiro do Norte (*)
		384	Jataizinho	182	São João (*)
		395	Rancho Alegre	183	Frei Timóteo (*)

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, André Vargas, Elza Correia e Barbosa Neto.

**EMENDA ADITIVA DE Nº 20 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003**

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, apresenta Emenda Aditiva ao artigo 282 do Projeto de Lei nº 666/2003, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 282 - Ficam criadas as Seções Judiciárias, com sede nas Comarcas de Goioerê, Palmas, Pitanga, Sarandi e Ibiporã.”

Inclui-se nos anexos próprios o seguinte: “A Seção Judiciária de Ibiporã compreenderá as Comarcas de Ibiporã, Assaí e São Jerônimo da Serra, com um juiz substituto.”

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

André Vargas, Luciana Rafagnin, Elza Correia, Barbosa Neto.

**EMENDA ADITIVA DE Nº 21 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003**

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, apresenta Emenda Aditiva

Bela Vista do Paraíso para comarca de Ibiporã”.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(aa) ELZA CORREIA

JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

André Vargas, Luciana Rafagnin e Barbosa Neto.

**EMENDA CORRETIVA DE Nº 19  
AO PROJETO DE LEI Nº 666/2003**

Dê-se ano Anexo III - Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários - Demais Comarcas - Tabela 2, na parte referente à proposta para a Comarca de Uraí e o Distrito Judiciário de Frei Timóteo, a seguinte redação renumerando-se, por ordem alfabética, as demais Sessões Judiciárias:

ao artigo 282 do Projeto de Lei nº 666/2003, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 282 - Ficam criadas as Seções Judiciárias, com sede nas comarcas de Goioerê, Palmas, Pitanga, Sarandi e Bela Vista do Paraíso.”

Inclui-se nos anexos próprios o seguinte: “A Seção Judiciária de Bela Vista do Paraíso compreenderá as comarcas de Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio e Sertanópolis, com um juiz substituto.”

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, ELZA CORREIA, ANDRÉ VARGAS, LUCIANA RAFAGNIN E BARBOSA NETO.

**EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 22 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003**

Dê-se ao artigo 284 a seguinte redação:

“Art. 284 - Nas Sessões Judiciárias com sede nas comarcas de Rolândia, Campo Mourão, Paranaguá e Umuarama, haverá dois (2) juízes substitutos, cuja competência será fixada por resolução.

Parágrafo Único - Na comarca sede de Rolândia, um dos juízes substitutos será designado para a comarca de Cambé”.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, LUCIANA RAFAGNIN, ANDRÉ VARGAS, ELZA CORREIA e BARBOSA NETO.

**EMENDA MODIFICATIVA AO**

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	COMARCA/ VARA	ENTRÂNCIA	JUIZ SUBSTITUTO	TOTAL
45ª	ROLÂNDIA	ROLÂNDIA	INTERMEDIÁRIA	1	1
		CAMBÉ	INTERMEDIÁRIA	1	1
		PORECATU	INTERMEDIÁRIA		0
		CENTENÁRIO DO SUL	INICIAL		0
		JAGUAPITÃ	INICIAL		0

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 23 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003**

Art. 1º - Fica incluído inciso no artigo 285, do Projeto de Lei nº 666/2003, com a redação abaixo aduzida, ficando também procedida a devida alteração no Anexo III, Tabela 2, do Codificado:

“Art. 285 - Ficam transferidos os seguintes Distritos Judiciários:

I - ..

II - ...

III - ...

VII - Fênix - da comarca de Engenheiro Beltrão para a comarca de Barbosa Ferraz.”

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Ademir Bier, Alexandre Curi e André Vargas.

**EMENDA ADITIVA DE Nº 24 AO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003**

Inclua-se ao artigo 123 do Projeto de Lei nº 666/2003 o seguinte parágrafo:

“§ 2º - Ficam inseridos no Grupo Ocupacional Superior do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, os cargos de assistentes sociais e psicólogos”.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoioamento:

Barbosa Neto, Chico Noroeste, Jocelito Canto, Mauro Moraes, Padre Paulo Campos, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Ratinho Júnior, Waldir Leite, Vanderlei Iensen, Elza Correia, Cida Borghetti, Felipe Lucas, Elton Carlos Welter, Artagão

Júnior, Ailton Araújo, Renato Gaúcho, Carlos Simões e Nelson Tureck.

**JUSTIFICATIVA:**

Tal emenda visa enquadrar os referidos profissionais de nível superior que encontram-se na categoria funcional intermediária, reservada ao pessoal com segundo grau de escolaridade, em uma situação funcional apropriada.

**EMENDA SUPRESSIVA DE Nº 25 AO  
SUBSTITUTIVO GERAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 666/2003**

O artigo 262 do Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 666/2003, cuja redação estabelece que “Ficam desanexadas as serventias de Tabelionato de protesto de títulos precariamente acumuladas aos Tabelionatos de Notas das comarcas de Campo Largo, Colombo, Foz do Iguaçu, Araucária, Paranaguá e Sarandi e na comarca de Guarapuava fica desanexado o Tabelionato de protesto de título do Tabelionato de Títulos e Documentos.” Passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 262 - Ficam desanexadas as serventias de Tabelionato de Protesto de Títulos precariamente acumuladas aos Tabelionatos de Notas das comarcas de Campo Largo, Colombo, Foz do Iguaçu, Araucária, Paranaguá e Sarandi.”

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Apoioamento:

Nelson Tureck, Vanderlei Iensen, Waldir Leite, Reni Pereira, Ratinho Júnior, Francisco Bühner, José Maria Ferreira, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Ailton Araújo, Luiz Nishimori, Tadeu Veneri, Renato Gaúcho, Doutor Luciano e Elio Rusch.



Modifique-se o artigo 263, inciso XIV, do Projeto de Lei nº 666/2003 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 263 -...

XIV -...

...

b) Vara Criminal;

c) Vara da Infância, Juventude e Família”.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoioamento:

Neivo Beraldin, Mauro Moraes, Vanderlei Iensen, Fernando Ribas Carli, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Luiz Fernandes da Silva Litro, Ailton Araújo, Pedro Ivo Ilkiv, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Elza Correia, Pastor Edson Praczyk, Geraldo Cartário, Renato Gaúcho, Waldir Leite, André Vargas e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda é contemplar a criação de mais uma Vara na cidade de Sarandi, visando atender a peculiar e elevada demanda pela prestação jurisdicional nos Ofícios de Crime e Infância e Juventude, uma vez que o grande número de feitos em tramitação vem congestionando o Juízo desta cidade. Veja-se, a título de exemplo que até o dia 26 de novembro do corrente ano, tramitavam 1494 Processos Cíveis, 2100 Execuções Fiscais, 190 Cartas Precatórias Cíveis, 894 Processos de Família, 91 Cartas Precatórias de Família, 967 Processos de Infância e Juventude de 46 Cartas Precatórias de Infância e Juventude, num total de 5782 processos em tramitação.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2925

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para a Proposição nº 053/2003, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

### REQUERIMENTO Nº 2926

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente

tramitação.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

### REQUERIMENTO Nº 2918

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, diminuição de interstício e transformação da Sessão Plenária de 11 de dezembro de 2003 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 395/2003, que estabelece a responsabilidade da Administração Pública Estadual pelos danos decorrentes das invasões e ou ocupações de terras cujo cumprimento das decisões judiciais de reintegração de posse não seja determinado ou eficazmente efetivado pelos entes públicos competentes para tanto e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Augustinho Zucchi, Vanderlei Iensen, Carlos Simões, Ademar Traiano, Ratinho Júnior e 01 ilegível.

### REQUERIMENTO Nº 2927

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, com base no inciso V do artigo 132, parágrafo 2º do Regimento Interno, que as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 666/2003, sejam constituídas em projeto de lei em separado.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

Apoioamento:

Doutor Luciano, Cida Borghetti e Miltinho Pupio.

### REQUERIMENTO Nº 2928

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a transformação de emenda da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 666/2003, em projeto de lei em separado.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) ELIO RUSCH

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 senhores deputados.

(vinte e seis) de autoria de diversos senhores deputados, constantes do expediente. **Transforme-se em projeto de lei em separado.**

Requerimento nº 2918, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, com apoio do senhor deputado Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício e transformação de Sessão Plenária de 11/12/2003, em Comissão Geral de Plenário para aprovação do Projeto de Lei nº 395/2003. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

## ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 053/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock e outros, que altera o parágrafo 3º do artigo 61 da Constituição do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.**

Devidamente apoiado por mais de 35 (trinta e cinco) deputados.

Solicito ao nobre deputado Nereu Moura, 1º secretário da Casa a chamada nominal dos senhores deputados para votação.

Os deputados favoráveis falarão SIM!

Os contrários, NÃO!

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(**Procede chamada nominal dos senhores deputados para votação.**)

Quarenta e seis votos FAVORÁVEIS, seis ausentes e três NÃO.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Quem são os ausentes, por favor?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados Barbosa Neto, Elton Welter, Rafael Greca, Felipe Lucas e Nelson Justus. Retificando: o deputado Traiano votou SIM. Então, são cinco ausentes.

Quarenta e seis votos FAVORÁVEIS, três CONTRA e cinco ausentes.

**Está aprovado em 2ª discussão, artigo por artigo.**

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 586/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o inciso XIII, do artigo 155, da Lei Complementar nº 85, que estabeleceu a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 586/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o inciso XIII, do artigo 155, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, que estabeleceu a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155 - ...

I - ...

XIII - residir, se promotor titular, na respectiva comarca;”

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.12.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

## ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que dispõe sobre a adoção de cota de 50% das vagas dos cursos de graduação das instituições estaduais de ensino superior para alunos da rede pública de ensino. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA 02 E CONTRÁRIAS À 01 E 03. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

## ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que concede isenção aos oficiais de justiça no pagamento de taxas, tarifas e preços públicos de estacionamento localizados nos bens públicos de uso comum do povo, pedágios, transporte coletivo, balsas e similares, e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

## ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 666/2003, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA CF.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2927, de autoria do deputado Delegado Bradock, com apoio dos deputados Doutor Luciano, Miltinho Pupio e da deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando que as emendas apresentadas em plenário, sejam constituídas em projetos de lei em separado. **Aprovado.**

Senhor presidente, senhores deputados.

O requerimento do deputado Bradock, visa transformar todas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 666/2003, em projetos de lei em separados.

A partir do momento que aprovarmos esse requerimento, deixamos de ter toda a condição de analisar as emendas aqui apresentadas ao código.

A Assembléia Legislativa abre mão de sua prerrogativa de fazer as emendas que entender necessárias ao aperfeiçoamento, à melhoria e, inclusive para que o código esteja mais consentâneo àquilo que nós pretendemos.

Ora, o código levou quase uma década para ser votado com dificuldades enormes, desde a Comissão de Constituição e Justiça. Onde não fez presente toda a dificuldade que teve o deputado Nelson Justus, o deputado Hermes da Fonseca que são co-relatores do projeto.

Por exemplo, os anexos não vieram e os artigos 63, do Código, o 221, o 228 e o 286 são peças fundamentais, os anexos, para que nós possamos fazer análise adequada da lei que estaremos votando hoje.

Agora nós vamos deixar de apresentar as nossas emendas, pois em votando o requerimento subscrito pelo deputado Mário Sérgio Bradock, o que ocorre? As nossas emendas vão constituir projeto em separado. Essa Casa não tem competência para dar iniciativa a qualquer processo que altere a legislação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Portanto, com todo o respeito a propositura do deputado Mário Sérgio Bradock, encaminho no sentido de que o requerimento do deputado Mário Sérgio Bradock seja rejeitado, porque dessa forma nós teremos, em sendo rejeitado, condições de ser apreciadas pelo Plenário, as emendas que aqui forem apresentadas. Porque caso contrário estaremos abrindo mão da condição de fazer análise, inclusive, à melhoria do projeto.

Quantos dos senhores deputados tiveram condições de deter-se sobre o projeto de Divisão e Organização do Judiciário do Estado do Paraná?

Ora, é um projeto extremamente importante, tende a facilitar o acesso à justiça. Depois não adianta nós parlamentares estar ouvindo e ficarmos mudo, de que a justiça é cara, de que a justiça é inacessível, de que a justiça não permite que o pobre tenha acesso.

Agora é o nosso momento. É o momento de nós exercermos aqui a nossa competência, procurando apresentar as emenda, procurando fazer com que o projeto tenha o seu aperfeiçoamento.

Portanto, senhores deputados e senhoras deputadas é que eu solicito a rejeição do requerimento do deputado Mário Sérgio Bradock.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Tadeu Veneri, para encaminhar.

Vou na mesma linha de raciocínio feita pelo deputado que me antecedeu. Eu faria uma solicitação, inclusive, ao deputado Bradock, que retirasse esse requerimento.

Falava há pouco, senhores deputados, o deputado Bradock que me asseverou aqui, ser advogado há mais de 11 anos. Nós estamos solicitando, senhor presidente ao deputado Bradock que retire e senão for retirado que nós possamos votar contrário a esse requerimento, porque nós temos 21 assinaturas nas emendas que foram apresentadas. Assinaturas dos deputados Mauro Moraes, do Fernando Ribas Carli, do Ailton Araújo, de todos os partidos.

Como foi colocado aqui, não tem sentido nós não podermos fazer debate. Se a votação vai ser na sequência vitoriosa ou não, senhor presidente é uma decisão soberana do Plenário.

Agora faço um apelo para que este Plenário, que durante tanto tempo acompanhou aqueles que já estavam aqui, acompanhou o debate sobre o novo código da Organização do Judiciário. Que é o caso, por exemplo, do deputado Rossoni, do deputado Durval Amaral e outros deputados que estiveram aqui e acompanharam e que sabem que esse é um projeto que vai ser discutido, mas nós queremos que as emendas possam ser apreciadas.

Por isso, senhor presidente, eu solicito ao Plenário para que votemos contrário ao requerimento do deputado Bradock.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI

Verificação de votação!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Solicito aos senhores deputados para que se dirijam aos seus locais de assento para que possam votar.

Solicito ao deputado Nereu que faça a verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento do deputado Bradock queiram levantar-se.

33 senhores deputados aprovam o requerimento.

Deputados que rejeitam queriam levantar-se.

16 senhores deputados rejeitam o requerimento.

Está **aprovado** o requerimento do deputado Bradock. Automaticamente as emendas transformam-se em projeto à parte.

O SR. TADEU VENERI

Para justificar voto, senhor presidente.  
(**Assentimento**)

ser apreciada, senhor presidente, e que gostaria de passar às mãos do deputado Bradock, porque corrige um erro que esse Código tem, um erro de constituição e que os senhores deputados sabem que vai ser objeto, inclusive, de ação direta de inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a V. Exa. senhor deputado Tadeu Veneri, o projeto passou ontem pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. TADEU VENERI

A emenda, senhor presidente, que eu passei e queríamos fazer o debate, é justamente porque passou, mas dentro do conceito que temos, há uma incorreção, por isso que queríamos fazer o debate.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Infelizmente, é matéria vencida.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Solicito a palavra, senhor presidente.  
(**Assentimento**)

Sou democrata, respeito a maioria, mas nós deixamos aqui de exercer o papel fundamental para que a nossa Justiça pudesse ser melhorada. Uma das emendas, inclusive, corrige um erro do Artigo 132. Então, nós votamos em cima de erros e perpetuamos os erros, é lamentável quando depois dizemos que a nossa justiça tem dificuldade. Cada um de nós tem responsabilidade nas dificuldades que a Justiça tem hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Substitutivo Geral da CCJ.  
Deputados que aprovam permaneçam como estão.  
**Aprovado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Foi feita a votação do projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi votado, agora nós votamos o Substitutivo Geral da CCJ, posteriormente, temos o Substitutivo da Comissão de Finanças que é do deputado Elio Rusch.

Vou pedir para fazer a leitura da emenda do deputado Elio Rusch. Por gentileza, nobre deputado Nereu Moura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à leitura da Emenda da Comissão de Finanças**).

O SR. ELIO RUSCH

Pela ordem, senhor presidente?  
(**Assentimento**)

Assembléia já tem votado que todas as emendas votadas fossem transformadas em projeto à parte, solicito também que essa mesma emenda que apresentamos e que a Comissão de Finanças apresentou seja transformada em projeto à parte também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. vai transformar isso em requerimento escrito?

O SR. ELIO RUSCH

Vou transformar em requerimento escrito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É uma proposta?

Está em votação o Requerimento nº 2928, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando transformação de emenda da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 666/2003 em projeto de lei em separado.

**Aprovado.**

Transformado também em projeto à parte.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, eu retiro a emenda que tinha, não quero projeto à parte, porque eu conheço uma história chamada “PEC Paralela” lá no Congresso Nacional que também é uma grande enganação!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirada a emenda de V. Exa.!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, para encaminhar.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, apenas para fazer o encaminhamento da votação e fazer o registro.

Acho que a Assembléia Legislativa fez um avanço no projeto do Tribunal. Esse avanço não é fruto apenas da Assembléia Legislativa, mas é fruto da discussão do Poder Executivo e que foi intermediado pelo presidente da Assembléia Legislativa junto ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e os desembargadores.

A partir de agora todos os foros judiciais estão estatizados e aqueles que vagarem deverão ser estatizados e deverão ser preenchidos por concurso público.

Acho que é uma conquista, a Constituição do nosso País está sendo obedecida e o direito adquirido, dos atuais titulares até a vacância deverá ser respeitado em todos os foros judiciais.

Ganha a sociedade com a prestação de serviço jurisdicional, que vai ter um custo muito melhor, muito mais barato. Acho que ganha a democracia no Estado do Paraná.

Então, a Assembléia Legislativa está de parabéns ao sugerir as correções e o entendimento que foi muito

pelo deputado Nelson Justus que é o relator dessa matéria na Comissão de Justiça e pelo presidente Hermas Brandão.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

E também quero registrar a participação do deputado Hermes Fonseca, presidente da Comissão de Constituição e Justiça que esteve presente em todas as discussões.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Pela ordem, senhor presidente.

##### (Assentimento)

Senhor presidente, eu também da mesma forma como o deputado Rossoni, retiro as minhas emendas por entender que já estaremos derrotados em projeto à parte “a Inês é morta”, lamentavelmente estão extinguindo alguns Cartórios Distritais do interior do Paraná que há mais de trinta anos prestam serviços à sociedade. E a nossa emenda tinha exatamente esse sentido de fazer com que esses Cartórios permanecessem, mas infelizmente pelo que observo, “a Inês é morta”.

Eu retiro então as emendas.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica retirada a emenda de V. Exa.

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 707/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, o IAP e a Cohapar, fazer cooperação e utilizar madeiras ilegais provenientes das apreensões e das florestas públicas e remanescentes da Paraná Ambiental, para a construção de casas populares. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da CCJ: **aprovada.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 717/2003, de autoria da CPI da Copel, que altera a redação da alínea “E”, do parágrafo único, do artigo 9ª, da Lei nº 1.384, de 10 de novembro de 1953, acrescida pela Lei nº 11.740, de 19 de junho de 1997, acrescenta-lhe novos dispositivos e dá outras providências. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, que altera a Lei nº 9.242, de 09 de maio de 1990, que criou o município de Vila Alta - nova denominação. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2003, de 23/06/2003).**

## PROJETO DE LEI Nº 365//2003

### P A R E C E R :

O projeto de lei acima, de autoria do deputado Pedro Ivo, altera para Alto Paraíso, a denominação do município de Vila Alta, criado pela Lei nº 9.242, de 08 de maio de 1990.

Na justificativa, o autor ressalta que o plano de lei em referência consubstancia o resultado de realização de plebiscito, no qual apurado o resultado obteve 1.186 votos SIM, pela mudança do nome, o que correspondente a 58,9% (cinquenta e oito vírgula nove por cento) dos votantes, enquanto 827 (oitocentos e vinte e sete) votos contrários à mudança de nome do município, o que corresponde a 41,1% (quarenta e um vírgula um por cento) dos votantes.

Ante ao exposto, chamada esta relatoria a se manifestar quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa e, após cumprida diligência, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que estabelece a responsabilidade da administração pública pelos danos decorrentes das invasões e/ou ocupações de terras cujo cumprimento das decisões judiciais de reintegração de posse não seja determinado ou eficazmente efetivado pelos entes públicos competentes e dá outras providências. **COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 395/2003

### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, foi apresentado nesta Assembleia Legislativa no dia 4 de agosto de 2003 exclusivamente com texto da minuta do projeto que pretende ser transformado em lei ordinária, sem qualquer justificativa, fundamentando as razões da proposição.

Pretende o autor esclarecer, com a presente iniciativa, responsabilidades econômicas para a Administração Pública Estadual por eventuais danos, inclusive morais, lucros cessantes e diminuição de receitas públicas, decorrentes de eventual falta ou ineficaz atuação do Executivo Estadual, no cumprimento de ordens judiciais de reintegração de posse no caso ocupações/invasões de propriedades.

#### Voto do Relator e Fundamentação

A presente proposição sequer deveria ter sido encaminhada a esta Comissão, embora também seja com-

com as normas regimentais desta Casa, porém a falta de documentos indispensáveis, como a justificativa, ainda que sucinta, deve ser objeto de crivo de admissibilidade da própria Mesa, ou então da Diretoria Legislativa.

Diz o parágrafo quinto do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

“As proposições deverão ser seguidas de justificativa sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcrevê-los por extenso em seguida à justificação.”

Portanto, a rejeição da proposição é, em primeiro lugar, de ordem regimental.

No entanto, ainda que fosse desconsiderado o impedimento antes citado, e apenas por argumentação complementar, a norma que o ilustre deputado Plauto Miró Guimarães pretende introduzir na legislação estadual versa sobre matéria de Direito Material e Processual Civil, o que somente pode ser normatizado através de Lei Federal, portanto de competência exclusiva da União, conforme expressa o artigo 22, inciso I, da Constituição Federal:

“Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;”

Logo, a proposição, ainda que dirigida exclusivamente ao Governo Estadual, somente poderá ser proposta através de Lei Federal.

#### **Conclusão**

Diante do acima exposto, somos pelo parecer da rejeição do Projeto de Lei 395/2003, por ser, primeiramente, anti-regimental, e ainda manifestamente inconstitucional.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

O deputado Plauto Miró Guimarães apresentou no dia de ontem um requerimento para transformar o Plenário de hoje em Comissão Geral para analisar esse referido projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Para encaminhar, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Nós vamos encaminhar contrário ao projeto do deputado Plauto. O projeto não tem resguardo da Constituição Federal do nosso País e a Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa, corretamente, já deu Parecer Contrário. Essas advertências, essas possibilidades de punição devem ser estabelecidas pela Lei Federal e não pela legislação do Estado do Paraná.

Então, estamos encaminhando voto contrário ao projeto do deputado Plauto Miró.

Quero informar aos senhores parlamentares que votaremos inicialmente o requerimento que transforma em Comissão Geral.

Está em votação o requerimento.

**Aprovado.**

Solicito então ao deputado Fernando Ribas Carli que faça a relatoria pela Comissão de Transporte, porque transformamos o Plenário em Comissão Geral.

Passo às mãos do senhor deputado Fernando Ribas Carli o projeto para dar o seu parecer quanto ao mérito.

Quero participar aos senhores deputados que vamos concluir esta Sessão e teremos uma pausa de uma hora para um pequeno lanche e daremos continuidade nas outras Sessões.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Recebendo a designação de relatar o Projeto nº 395/2003, temos a informar que o mesmo recebeu uma emenda e a análise da mesma passarei a relatar.

“O fundamento do parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 395/2003 é da sua inconstitucionalidade que, todavia, em face o argumento invocado, não se configurava.

Não obstante a presente emenda sob análise, procedeu o necessário saneamento do projeto, não persistindo portanto qualquer vício quanto à sua constitucionalidade...”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a V. Exa. que não relate sobre a constitucionalidade, porque já foi relatado na Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa. deve relatar à Comissão de Transportes quanto ao mérito do projeto.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Ah! peço escusas, senhor presidente, porque eu havia entendido que o relato que eu faria seria o relato da constitucionalidade, mesmo porque o projeto recebeu uma emenda que saneou o vício da inconstitucionalidade. Acho que há um contratempo aqui, porque na verdade...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A emenda será apresentada em 2ª Discussão.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Passaram-me que seria a emenda!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A emenda só pode ser apresentada na 2ª discussão, nós estamos votando em 1ª discussão.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Então, o senhor me nomeou como relator da Comissão de Transportes?

Transportes, nobre deputado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Então, eu tenho que analisar com mais profundidade, senhor presidente.

Solicito ao senhor presidente que me conceda mais uns cinco minutos para que eu possa fazer a análise.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está suspensa a Sessão por três minutos para que V. Exa. possa analisar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, eu gostaria de dar uma sugestão a V. Exa.: nós estamos entrando no final do ano, e eu tenho sido um assíduo assistente, se é a palavra correta, da TV Educativa do Paraná.

Eu gostaria que V. Exa. negociasse com o governador para que a Assembléia tivesse um espaço na TV Educativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queria informar a V. Exa. que a Assembléia terá o seu canal a partir do ano que vêm, com exclusividade para a Assembléia.

O SR. VALDIR ROSSONI

Mas, nem isso invalida a minha proposta. Eu acredito que a TV Educativa não é só do governo.

Acho que o governo tem que mostrar os seus feitos, mas também tem que mostrar as opiniões dos deputados da Oposição, e pelo que eu tenho sentido, isso não está acontecendo, até para que a TV Educativa tenha audiência, porque certamente a hora que a Oposição começar a falar as suas verdades, ela vai erguer a sua audiência e será salutar até à TV Educativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós faremos um apelo ao nosso diretor da TV Educativa, ao diretor, para que abra um espaço para a Assembléia.

O SR. VALDIR ROSSONI

Não, eu acho que era bom pedir para o governador Roberto Requião, presidente, porque ele tem sido, na verdade, um grande locutor na TV Educativa, ele fala todo dia, e nós também gostaríamos de falar todo dia na TV Educativa para mostrar os erros que estão sendo cometidos pelo atual governo.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria somente destacar aqui, deputado Rossoni, V. Exa. que não é de rádio, não é de jornal, ele é pauteiro da TV Educativa.

Eu consulto o nobre deputado Fernando Ribas Carli se está já em condições de dar o seu parecer.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, o parecer da Comissão de Transportes, Terra e Cartografia é favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pelo seu mérito.

Em discussão o parecer do nobre deputado Fernando Ribas Carli.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Senhores deputados que aprovam o parecer, permaneçam como estão.

**Aprovado o parecer.**

Está em discussão o projeto. Em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Esse projeto nós encaminhamos, lá no mês 08, onde ele estabelece a responsabilidade da administração pública estadual pelos danos decorrentes das invasões e/ou ocupações de terras, cujo cumprimento das decisões judiciais de reintegração de posse, não seja determinado ou eficazmente efetivada pelos entes públicos dentro de determinado prazo.

A idéia é fazer com que o governo do Estado do Paraná, caso não cumpra a reintegração de posse determinada pelo Poder Judiciário, pague uma multa de 1% ao dia do não-cumprimento da reintegração de posse.

Então, eu peço aos deputados desta Casa para que nos acompanhem na votação para aprovar esse Projeto que, com certeza, vai servir como instrumento para trazer aos proprietários rurais do Estado do Paraná, para tirar dele o prejuízo que ele vem sofrendo quando as áreas são invadidas e não desocupadas após a determinação judicial.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

O nosso encaminhamento é voto contrário ao projeto, esse projeto é inconstitucional, já teve o parecer de inconstitucionalidade da própria Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa.

Peço aos senhores deputados que acompanhem o voto e o parecer da CCJ. Nós estamos discutindo aqui apenas para garantir o espaço de discussão do deputado Plauto Miró, e solicito aos senhores deputados que acompanhem o voto da CCJ. Nosso encaminhamento é contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

poder encaminhar essa matéria, apesar de ser membro da Comissão de Constituição e Justiça, porque lá naquela comissão apresentei um voto, em separado, contraditando o parecer do então relator. Entendeu o relator que se tratava de matéria processual, portanto, inconstitucional. Se assim fosse, eu também me somaria. Mas não é matéria em hipótese alguma processual. Tenho aqui as razões, que me levaram a fazer um voto em separado. Afirmei que com relação ao vício regimental, ele era facilmente sanado e que realmente foi após ser submetido ao autor do projeto, deputado Plauto, todos os vícios regimentais foram sanados.

Fui mais além - que se enganava o relator a respeito do vício de inconstitucionalidade, invocando o que acabei invocando na CCJ -, que o projeto de lei não dispõe sobre matéria de natureza processual. Mas sim introduz no ordenamento jurídico um instrumento legal, que assegura o cumprimento dos princípios norteados da administração pública, consagrados na administração federal ou estadual. A saber a própria Constituição fala que é dever da administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos poderes do Estado e dos municípios obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência e motivação e aí segue. Claro, que o princípio da legalidade - aí está contida uma decisão judicial, para que as terras invadidas possam, havendo a reintegração de posse deferida por um juiz, que ela deva ser efetivamente cumprida. Não é o princípio da legalidade. No parágrafo sexto desse artigo diz: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes nessa qualidade causarem a terceiros, assegurando direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo oculto."

É claro que se existe uma decisão judicial no projeto interno, determinando uma reintegração de posse e se o secretário da Segurança Pública ou o governador do Estado não cumpre essa decisão ou por culpa ou por dolo, a própria Constituição diz que eles têm que reparar esse dano. Aliás é dado o direito de regresso, uma vez que o Estado seja condenado a pagar. Tenho uma lei aprovada por essa Assembléia, aqui, o procurador do Estado tem a obrigação de propor ação de regresso, contra aquele agente público, que por dano, por dolo ou por culpa causou prejuízo ao erário público. Automaticamente, se o Estado vier a ser condenado com uma ação indenizatória, em função de uma emissão de posse, de uma reintegração de posse não cumprida, o Estado deverá não só indenizar, mas o procurador deverá propor ação de regresso, contra o secretário da Segurança Pública, o governador. O que é que procurou o deputado Plauto? Proteger o erário público. Por isso que não se trata de matéria de natureza processual. Por isso que cabe a nós, legisladores, efetivamente fazer essa lei. A determinação contida no disposto constitucional transcrito é consagração do direito brasileiro, da responsabilidade civil objetiva da administração

reparar o dano e se exaure essa obrigação, com a própria indenização.

É dever do Poder Executivo, é dever do governo do Estado, dar cumprimento das decisões judiciais, a omissão ou a ineficiência nesse sentido tornam inócua, a atuação do Poder Judiciário, acarretando sérios prejuízos de natureza material aos particulares e ao próprio Estado, que deverá ressarcir-los. Além do prejuízo maior, que é o da instabilidade e insegurança jurídica da população, pela instauração do desmando, consubstanciado na avaliação subjetiva do administrador, relativamente a decisão da autoridade judicial competente, quanto ao conflito que foi submetido à sua apreciação. Estabelecer, nobre deputado Dobrandino, o legislador estadual, instrumentos legais que assegurem o cumprimento do dever constitucional do próprio Poder Executivo não caracteriza inconstitucionalidade, invocada pelo relator naquela época aqui lembrada pelo ilustre deputado Ângelo Vanhoni, até porque não estabelece a proposta de leis, ritos, recursos ou prazos processuais, estes sim de exclusiva competência legislativa da União.

O que objetiva esse projeto de lei de autoria do deputado Plauto é tão somente assegurar a estabilidade e a segurança jurídica mediante o efetivo cumprimento das decisões judiciais. Claro que no Paraná não está se querendo respeitar as decisões judiciais. Eu hoje mesmo vi pelos jornais que retratava uma decisão do Supremo Tribunal Federal com relação aos transgênicos e uma ilustre autoridade do nosso Estado, a mais ilustre autoridade do nosso Estado, dizendo que a decisão do Supremo era absurda. Mas meu Deus do Céu, será que uma decisão unânime do Supremo Tribunal Federal que diz que a lei que nós aprovamos na Assembléia Legislativa é ilegal, é inconstitucional pode ser contestada pelo nosso ilustre governador? Está nos jornais de hoje! Então, existe o Supremo Tribunal Federal. Eu também acredito em Deus e acredito que exista um ser supremo que é Deus. Agora, abaixo de Deus estamos nós, deputado Rossoni, que somos normais, que temos que cumprir a determinação da lei.

Então, nós temos que pôr fim, presidente Hermas Brandão, a esta inversão da ordem jurídica que existe no Paraná, onde o Poder Judiciário manda desocupar e o Executivo diz que não cumpre. Onde o Supremo Tribunal Federal diz que uma lei é inconstitucional e o nosso ilustre mandatário maior, mor, diz que ela é um absurdo, onde eu vejo até o Procurador Geral do Estado do Paraná contestando as decisões do Supremo.

Olha, eu sempre tenho para mim que decisões judiciais devem ser cumpridas e este projeto de lei tem um fim único de fazer com que o Poder Executivo cumpra as decisões do Poder Judiciário. Então, ele não é de natureza processual, ele não é inconstitucional, ele não é ilegal. E para melhorar e até amenizar este projeto há uma emenda aqui, um substitutivo que vai ser apresentado em 2ª vota-



jeto à boa luz do Direito para que ele possa ser aprovado.

Então, é este o encaminhamento que eu queria fazer, nobre deputado Plauto, com a sua permissão, e nobres deputados, para que a gente possa aprovar em primeira e depois em segunda votação com o seu substitutivo a gente possa ainda sanear e aprimorar, melhorando o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o projeto.

**Aprovado.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito aos senhores parlamentares que se dirijam aos seus locais de assento para que nós possamos, o nosso 1º secretário possa fazer a conferência da votação.

Os que aprovam o projeto queriam levantar-se.

Seis senhores deputados aprovam.

Os que rejeitam o projeto queriam levantar-se.

Trinta e cinco.

Está **rejeitado** o projeto do nobre deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Para registrar os votos - deputado Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Valdir Rossoni, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães votaram a favor do projeto.

Com certeza, senhor presidente, os produtores rurais do Paraná não agradecem a Assembléia Legislativa com esta decisão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/2003, de autoria do deputado Chico Noroeste, que institui o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, denominado Bolsa Universidade, na forma que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 088/2003, de 28.10.2003).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 653/2003

#### P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada, de iniciativa do nobre deputado Nelson Justus, que institui o Programa Estadual de Bolsa Estudo, denominado Bolsa Universidade, na forma que especifica.

Não obstante a denominação Programa - o que remete ao que dispõe o artigo 133 da Constituição Esta-

ção: I - o plano plurianual;... § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações do governo.” Observa-se que a proposição sob análise cria, na realidade, um benefício aos estudantes universitários de baixa renda, representado pela possibilidade de financiamento de seus estudos, com recursos públicos, prevendo expressamente que o benefício restitua ao Estado os valores respectivos.

Não cria, pois, um programa governamental a ser implementado pelo Executivo, o que seria vedado, por vício de iniciativa.

A Constituição Federal (artigo 212) impõe ao Executivo Estadual o direcionamento de 25% no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Já a Constituição estadual assim dispõe: “Art. 185 - O Estado e os municípios aplicarão anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.”

Substancial, portanto, a previsão constitucional de recursos para a Educação.

Por fim, o artigo 6º da proposição resguarda ao Executivo o poder de instituir ou definir o órgão estadual responsável pela operacionalização do financiamento que institui, bem como de regulamentar a lei eventualmente aprovada por esta Casa de Leis.

Sendo assim, o parecer submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça é favorável à regular tramitação da proposição.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 653/2003

#### P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do deputado Chico Noroeste, que objetiva instituir o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, denominado Bolsa Universidade, na forma que especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente Pprojeto, nos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa, assim como a Comissão de Finanças.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o artigo 3º do Regimento Interno, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, tendo em vista a importância que encerra

ciar os estudantes universitários.

Considerando o exposto, o parecer é favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 10.12.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 653/2003**

**P A R E C E R :**

O presente lano de ei, da lavra do nobre deputado Chico Noroeste, institui o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, denominado Bolsa Universidade, na forma que especifica.

Como podemos observar a Comissão de Constituição e Justiça já emitiu, quanto á constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o que preceitua o Artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entendemos que tal proposição cria um benefício aos estudantes universitários de baixa renda, representado pela possibilidade de financiamento de seus estudos com recursos públicos, prevendo expressamente que o benefício restitua ao Estado os valores respectivos.

Desta forma, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ANDRÉ VARGAS - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 673/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lotes de terrenos conforme especifica, no município de Verê. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2003, de 11/11/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 673/2003**

**P A R E C E R :**

**Do relatório**

O Projeto de Lei nº 673/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. deputado estadual Augustinho Zucchi, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura do município de Verê os lotes de terrenos urbanos nºs 03 e 04 da quadra nº 51 do Patrimônio Verê da Colônia Missões, situado no distrito e município de Verê, contendo área total de 1000,00 m2 cada lote.

**Da fundamentação**

manifestar-se, considerando-se que a Constituição Estadual no seu artigo 10 dispõe que: “os bens imóveis do Estado não poderão ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social”.

Depreende-se da análise textual do artigo 10 acima descrito que, via de regra, os imóveis não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, mas acaba estabelecendo algumas exceções, resta-nos analisar criteriosamente o caso em concreto, do que da análise textual depreende-se que a cessão é para a Prefeitura Municipal de Verê, para fins industriais não poluentes.

Ademais, a melhor doutrina traz que a cessão de uso, nada mais é que a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. Portanto, é o ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando, ou seja, se faz necessário que o bem não esteja sendo utilizado pelo cedente.

**Da conclusão**

Diante o exposto, este relator apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 673/2003, para apreciação dos demais membros desta Comissão de Constituição e Justiça e devida tramitação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,**  
**TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**  
**PROJETO DE LEI Nº 673/2003**

**P A R E C E R :**

De autoria do deputado Augustinho Zucchi, o projeto em epígrafe tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à prefeitura do município de Verê os lotes de terrenos urbanos nºs 03 e 04 da quadra nº 51, localizados no Patrimônio Verê da Colônia Missões daquele município, contendo área total de 1000m2 (mil metros quadrados).

Consoante a justificativa do autor, esses terrenos eram de propriedade do município de Verê e foram doados ao Estado para a Construção de uma quadra de esportes. No entanto, em face de os terrenos doados estarem situados em local distante dos colégios estaduais e municipais, a quadra de esportes não foi construída. Em face disso, o município deseja reverter os referidos imóveis ao seu patrimônio, a fim de que possa utilizá-los na implantação de indústrias não-poluentes, gerando renda e novos empregos à população.

tituição do Estado do Paraná permite a doação de imóveis de propriedade do Estado para pessoa jurídica de direito público interno (no caso em exame, o município de Verê), manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 09.12.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 2925 a 2926, de autoria da Sra. deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Convoco os senhores parlamentares para as 14h30 reiniciarmos os trabalhos com mais Sessões.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tenho aqui um requerimento subscrito por diversos senhores deputados, que pede a transformação do Plenário em Comissão Geral sobre o Projeto 733/2003.

Consulto V. Exa. se esse projeto vai fazer parte da Ordem do Dia das Sessões seguintes ou não?

Este requerimento está protocolado no dia 10 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se este projeto vier na pauta automaticamente o Plenário será transformado em Comissão Geral se for aprovado pelo Plenário, ainda não temos a pauta da outra Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

A minha questão de ordem também é em cima da pauta da Sessão. Nós votaremos o projeto de autoria do deputado Anibelli, de aumento dos secretários na Sessão da tarde ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está convocada a CCJ para decidir se o projeto é constitucional ou não e posteriormente esta presidência vai decidir se coloca ou não na pauta.

O SR. VALDIR ROSSONI

Porque nós sempre temos conhecimento da pauta antes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na próxima Sessão com certeza não entrará. Poderá entrar nas outras, poderá.

Senhor presidente, eu indago a V. EXa. se chegou a mensagem de aumento para os professores do Estado do Paraná, o quadro de cargos e salários dos professores que ontem foi anunciado aqui que seria entregue às 17h00 no Salão Nobre? Porque nós, deputados da Oposição, assim como todos os professores do Paraná estamos ansiosos para poder votar esta mensagem do Governo, que vai trazer um reajuste substancial aos professores do Paraná e desde já estamos cumprimentando e parabenizando o governador Roberto Requião por esta brilhante iniciativa, este compromisso que ele tem de enviar esta mensagem à Assembléia Legislativa para que seja votada neste período legislativo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar a V. Exa. e aos demais parlamentares desta Casa que até as 13h21 do dia 11, quinta-feira, não chegou o projeto.

O SR. DURVAL AMARAL

A Oposição está disposta a permanecer aqui até o dia 15, até segunda-feira. Vamos aguardar na sexta, no sábado, no domingo, para votarmos este projeto brilhante do governador Roberto Requião, que realmente dá uma carreira fantástica para os professores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta disposição de V. Exa. é de todos os parlamentares da Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para às quatorze horas e trinta minutos, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 220 e 489/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 666 e 707/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 365, 583, 584, 653 e 673/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 708/2003.

Levanta-se a Sessão.

**15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 08ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM**  
**11 DE DEZEMBRO DE 2003**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Vanderlei Iensen e Geraldo Cartário.

Às quinze horas foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2956

Senhor Presidente:

suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**REQUERIMENTO Nº 2957**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para o governador do Estado, através da Copel para que seja enviado à Comissão de Fiscalização desta Casa de Leis, cópia do Contrato firmado em 2002, entre a Copel e a empresa MFM Consultoria Civil Ltda. - localizada no município de Santana - Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 11.12.2003.

(a) NEIVO BERARDIN

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que dispõe sobre a adoção de cota de 35% das vagas dos cursos de graduação das Instituições Estaduais de Ensino Superior para alunos da Rede Pública de Ensino. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**

PROJETO DE LEI Nº 220/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam as Instituições de Ensino Superior do Estado obrigadas a reservar 35% (trinta e cinco por cento) das vagas em cursos de graduação para alunos da Rede Pública.

Art. 2º - A cota de 35% (trinta e cinco por cento) é garantida aos alunos que tenham cursado todo o Ensino

nos registros das Secretarias de Estado da Educação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.12.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 489/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que concede isenção aos oficiais de Justiça no pagamento de taxas, tarifas e preços públicos de estacionamento localizados nos bens públicos de uso comum do povo, pedágios, transporte coletivo, balsas e similares, e dá outras providências.

**Aprovado.**

### REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 489/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os oficiais de Justiça, quando no exercício de suas funções dentro de território do Estado do Paraná, autorizados a estacionarem em todos os logradouros em que seja exigida cobrança.

Art. 2º - Para dar cumprimento ao disposto no artigo anterior, os oficiais de Justiça, receberão um cartão de permissão para estacionamento, o qual deverá ser colocado em local visível no veículo.

Parágrafo Único - O cartão será renovado anualmente.

Art. 3º - O cartão de permissão será confeccionado pelo Juízo da Comarca ou Circunscrição Judiciária para o qual o profissional trabalha, e deverá conter a numeração da matrícula do oficial de Justiça junto ao órgão em que está lotado, de acordo com a listagem fornecida por Associação dos Oficiais de Justiça ou Sindicato a que estejam veiculados.

Art. 4º - Quando solicitado pelos fiscais que controlam a área do estacionamento, o oficial de Justiça deverá apresentar sua cédula de identidade funcional.

Parágrafo Único - A utilização do cartão de permissão por pessoas não autorizadas, implicará nas sanções penais correspondentes.

Art. 5º - Os oficiais de justiça, quando no exercício de suas funções, dentro do Estado do Paraná, têm livre trânsito, independente do pagamento de taxas, tarifas e preços públicos existentes ou que vieram a ser criados,

porte coletivo regular, balsas e similares.

§ 1º - Inclui-se, para efeito deste artigo, o passe livre nas rodovias pedagiadas no Estado do Paraná.

§ 2º - Para dar cumprimento ao *caput* deste artigo, quando solicitado por autoridade competente, deverá o profissional apresentar sua cédula de identidade funcional e a documentação comprobatória da diligência a ser realizada.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

## ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 666/2003, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda Substitutiva.**

## ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 707/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o governador do Estado do Paraná, o IAP e a Cohapar, fazer cooperação e utilizar madeiras ilegais provenientes das apreensões e das florestas públicas e remanescentes da Paraná Ambiental, para a construção de casas populares. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

### O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu sei que estamos em Sessão Extraordinária, mas em nome da Comissão de Fiscalização que presido, eu gostaria de solicitar a V. Exa. se pode aceitar um requerimento pedido de informações nessa Sessão Extraordinária?

### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Na Sessão Extraordinária vamos aceitar a solicitação de V. Exa. sendo que V. Exa. trabalhou muito, então merece o reconhecimento.

### O SR. NEIVO BERALDIN

Muito obrigado.

### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, que altera a Lei nº 9.242, de 09 de maio de 1990, que criou o município de Vila Alta - nova denominação. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 583/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2003, que estima receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2004, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.**

Item 05 é o Plano Plurianual para o exercício 2004/2007. Os deputados que aprovam o substitutivo permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 584/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/2003. Plano Plurianual para o exercício de 2004 a 2007. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. Aprovado o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/2003, de autoria do deputado Chico Noroeste, que institui o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, denominado Bolsa Universidade, na forma que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CO E CECE. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 673/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lotes de terrenos conforme especifica, no município de Verê. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 708/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/2003, que revoga a Lei nº 13.977, de 26 de dezembro de 2002 e, em consequência torna sem efeito as Leis nºs 12.941 e 12.954, respectivamente. (doação de terreno). **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2003, de 01/12/2003 - Mensagens)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2956, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2957, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

promulgar a Emenda nº 15, que acrescenta ao parágrafo 3º do artigo 61 à Constituição do Estado do Paraná.

Solicito ao senhor primeiro secretário que proceda a leitura dos termos da Emenda nº 15 da Constituição Estadual.

(Lê):

“EMENDA Nº 15

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, promulga nos termos do parágrafo 3º o artigo 64 da Constituição Estadual a seguinte:

#### EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - O parágrafo 3º do artigo 61, da Constituição do Estado do Paraná passará a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 61 .....

§ 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-à em Sessão preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano de legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa para mandato de dois anos’.

Palácio “XIX de Dezembro, em 11.12.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário”

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência irá proceder, neste momento, a promulgação da Emenda nº 15 à Constituição do Paraná: “A Mesa da Assembléia Legislativa promulga nos termos do parágrafo 3º do artigo 64 da Constituição Estadual a Emenda nº 15 à Constituição do Estado do Paraná.”

Esta Presidência tem a satisfação de convidar o senhor primeiro secretário deputado Nereu Moura, a apor sua assinatura na emenda que acabo de promulgar.

Da mesma forma esta Presidência tem a satisfação de convidar o senhor segundo secretário, deputado Geraldo Cartário a colocar sua assinatura na Emenda nº 15 da Constituição do Estado.

Esta Presidência declara promulgada a Emenda nº 15 da Constituição do Estado do Paraná, determina sua publicação no Diário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 583, 584, 666, 707 e 720/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 708/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/2003.

